



**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES, REALIZADA NO DIA TRINTA DE  
ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO**

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas catorze horas e trinta minutos, realizou-se no Salão dos Paços do Município de Fornos de Algodres, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

**1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**2 - ORDEM DO DIA -----**

- a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro; -----
- b) Apreciação e votação da alteração ao Regulamento do Cartão Social Municipal; -----
- c) Apreciação e votação do Relatório de Monitorização do Programa de Ajustamento Municipal relativo ao 4º trimestre de 2023; -----
- d) Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano 2023; -----
- e) Designação de um representante de cada grupo parlamentar para integrar a Comissão Municipal de Toponímia, ao abrigo da alínea b) do nº1 do artº 7º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia. -----

**3 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

Aberta a Sessão, a Sra. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes e o público em casa. Comunicou que se procedeu à substituição do membro da Assembleia Marcos André Lopes Paulo, pelo membro Carlos António Tomás Ferreira e foi justificada a falta do membro da Assembleia Andreia Paula Sanches Ventura.-----

Procedeu-se de imediato à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado as seguintes presenças: Raquel da Conceição Sequeira Batista, Carlos António Tomás Ferreira, Luís Miguel Ginja da Fonseca, António José Elvas da Rocha, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Teresa Maria de Almeida Rodrigues Pinto, Cristina Maria Baltazar dos Santos, Nélio Alexandre Ferreira Sequeira, Gonçalo Emanuel de Paraíso Bento, Ana Catarina Freitas Gomes, Marco Paulo Ferreira dos Santos, Francisco Miguel Gomes Inácio, Cláudia Filipa Coelho Farias, Ana Catarina Albuquerque Tomás, Delfim Pereira Rodrigues, Jorge Manuel Almeida Domingues, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, Bruno Filipe Ventura Costa, Daniel Alexandre Sousa Andrade, Maria João Castanheira Albuquerque, Leandro Manuel Pinto Abade, Vítor Hugo Cardoso Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Augusto António Morais de Carvalho e António Pires Fonseca. Faltou aos trabalhos o presidente da Junta de Freguesia de Maceira. -----



**1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

O Segundo Secretário procedeu à leitura do expediente que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, no Gabinete de Apoio. -----

A Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação as atas, da sessão ordinária realizado no dia 29 de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, e a da sessão extraordinária do dia 29 de fevereiro de 2024, tendo questionado os membros da assembleia sobre a existência de alguma proposta de alteração às atas. Não havendo qualquer proposta de alteração, foram as mesmas aprovadas por maioria com uma abstenção, e duas abstenções respetivamente, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do anexo do Decreto-Lei N.º 4/2015 de 7 de janeiro. -----

Feitas as respetivas inscrições, iniciaram as intervenções: -----

O membro da assembleia António José Elvas da Rocha, cumprimentou todos os presentes e começou por falar nas comemorações dos 50 anos do 25 de abril, felicitando todos aqueles que participaram nelas, porque sem o 25 de abril não estariam aqui reunidos. Fez um agradecimento especial às Forças Armadas. Depois felicitou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia Muxagata, pelo excelente trabalho que tem desenvolvido em prol da freguesia, tendo referido que é um verdadeiro lutador pela sua terra. Por último felicitou o executivo, na pessoa do senhor presidente com a honrosa homenagem feita aos Antigos Combatentes do Ultramar, que foram os verdadeiros defensores da Pátria. -----

O membro da assembleia Gonçalo Bento cumprimentou todos os presentes e reforçou o pedido que já foi feito anteriormente, agora à Srª Presidente da Assembleia, tendo pedido uma alternativa ao envio da documentação, uma vez que desta forma, parece que é um incentivo à não leitura dos documentos. -----

O membro da assembleia Rui Furtado, cumprimentou todos os presentes e deu os parabéns ao executivo pelas comemorações dos 50 anos do 25 de abril, tendo referido que foi uma cerimónia muito bem organizada e muito apelativa a todos os que estiveram presentes. Solicitou informação sobre em que termos a relação contratual com a Associação Vila Chã Aldeia Trail de Portugal, é efetuada, uma vez que foi renovado um contrato, para 10 atividades no concelho, no valor de mais de 50.000 Euros. Disse que há um apoio do Município, as inscrições dos atletas participantes revertem para associação, mas as despesas com as refeições e outras ficam a cargo das respetivas juntas onde são organizados os eventos. Neste contexto, acha desajustado este contrato com esta associação, tendo em conta a quantidade de técnicos de desporto no Quadro da Câmara, que têm capacidade para fazer este tipo de atividades não necessitando de terceiros para as fazerem. Solicitou, ainda, informação se a Câmara patrocinou a atividade que se realizou no fim de semana passado, da referida Associação, no concelho de Penalva do Castelo. -----

Referiu, ainda que há uma política de empregabilidade tão grande nos últimos anos, que até corrobora, mas depois há demasiados contratos de prestações de serviços externos. -----

Alertou para o facto do mau estado das estradas do concelho, nomeadamente na Zona Sul em Fornos de Algodres, Muxagata – Fuinhas, Algodres – Maceira e um ponto crítico na estrada Figueiró – Muxagata, na



qual existe um buraco há mais de 1 ano, tendo dito que se até à próxima assembleia não forem intervencionados nalguns pontos críticos, irão ser plantadas couves nas mesmas.-----

No âmbito do desenvolvimento económico, deu os parabéns às empresas de Fornos de Algodres, Adilacta e HEF Lagar de Azeite Lda, pela revalidação do estatuto PME Líder, lamentando o facto de apenas terem sido só duas, tendo em conta a nossa localização, e acrescentou que em Gouveia foram 5 empresas, em Celorico 5, em Trancoso 10, Penalva do Castelo 6 e Aguiar da Beira 7.-----

O membro da Assembleia Cláudia Farias cumprimentou todos os presentes, e como já foi referido por quem a antecedeu, é indiscutível a diferença no antes e no depois do 25 de abril. No que concerne ao papel dos direitos das mulheres referiu que o resultado das eleições legislativas foi lamentável no que diz respeito à eleição de tão poucas mulheres, apenas 33%, e como se não bastassem as vozes que se levantam contra a Interrupção voluntária da gravidez, vem um ex primeiro ministro, aquando da publicação de um livro, no qual se discute o papel da mulher enquanto cuidadora e dona de casa. Referiu que ainda existe um longo caminho a percorrer no que respeita às mulheres na política, considerando que ainda existe muita misoginia mascarada de conservadorismo; foi por isso que um conjunto de docentes universitários e investigadores que tratam questões do género e da representação política criaram uma petição que convidou todos os membros da Assembleia a assinarem a mesma, que resulta de um projeto realizado de responsabilidade cívica, independente, que pretende reforçar a democracia portuguesa e promover a participação cívica consciente.-----

O membro da Assembleia Maria João Castanheira cumprimentou todos os presentes e solicitou informação sobre o apoio do município para as freguesias de Algodres - Feira Renascentista e Muxagata - Feira da Agricultura, porque a freguesia da Matança também vai fazer as comemorações dos 510 anos do Foral Manuelino, pelo que gostaria de saber qual foi o apoio recebido do Município. Aproveitou, também, para convidar todos os presentes para as referidas comemorações. -----

O membro da Assembleia Nélio Sequeira usou da palavra para solicitar qual o ponto da situação das candidaturas do Bairro de Ténis e da Construção de uma Creche em Infias. -----

O membro da Assembleia Leandro Abade, deu os parabéns ao Município e ao Agrupamento de Escolas pela realização do Parlamento Jovem no edifício da Câmara, realçando que o papel dos jovens é cada vez mais importante, apresentaram e defenderam muito bem os projetos que querem ver desenvolvidos no concelho, tendo solicitado ao Sr. Presidente, qual era o tempo para a realização de tais projetos. -----

O membro da assembleia Luís Ginja da Fonseca relativamente às comemorações do 25 de abril, referiu que teve um orgulho enorme, porque foi uma homenagem com a dignidade que a data merece, o sítio muito bem escolhido. O 25 de abril foi uma conquista do povo português, e elogiou o discurso do Sr. Presidente. Referiu ainda, que em sintonia e discordando com o membro da assembleia Rui Furtado, cada vez mais têm que recorrer a prestações de serviços, porque cada vez a exigência é maior, quer nas limpezas, quer nas mais variadas áreas. Depois e uma vez que o anterior governo fez uma redução nas portagens, o deputado Pedro Nunes Santos propôs a abolição das portagens na A25, pelo que a bancada do Partido



Socialista apresenta uma moção à mesa solicitando que seja colocada a votação. A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia disse que após as intervenções iria colocar a moção a discussão e posteriormente a aprovação. Usou da palavra o membro da assembleia Marco Ferreira, para dizer que todas as intervenções que o antecederam já falaram nas comemorações do 25 de abril, acrescentou, ainda, que foi das maiores realizações do poder local. Congratulou-se com a manifestação, referindo que estamos numa era moderna e ainda há muitos tabus que têm que ser quebrados, porque somos todos iguais. Disse que as freguesias são o parente pobre, têm que fazer muito com tão pouco, felicitou todas as freguesias de Fornos de Algodres, porque as dinâmicas que cada junta faz depende da sua organização. e propostas, pelo que deveriam ser mais apoiadas. -----

Sobre a carta que foi lida na correspondência da Assembleia remetida pelos Bombeiros, solicitou ao Sr. Presidente o que é que se pode fazer em relação ao assunto. -----

A Senhora Presidente da Assembleia, antes das respostas do Sr. Presidente, leu a moção apresentada à Mesa, pelo Grupo parlamentar do PS que se vai transcrever: " *O conceito de portagem SCUT – portagem sem custos para o utilizador foi introduzido em Portugal, em 1997, na vigência do Governo liderado por António Guterres, sendo o modelo de financiamento de autoestradas e vias rápidas baseado no modelo britânico das Shadow Toll.* -----

*Em 2011 foi alterado o modelo tendo sido estabelecida a cobrança de taxas de portagem nas autoestradas do Algarve, Beira Interior, Beira Litoral/beira Alta e Interior Norte, como forma de financiamento das infraestruturas e resposta a problemas orçamentais.* -----

*A existência de portagens nas ex-Scut foi, ao longo dos tempos, contestada pelos Cidadãos e pelas empresas, reivindicando a sua abolição atendendo ao impacto do custo na mobilidade e na competitividade das regiões abrangidas, particularmente as do interior.* -----

*A redução progressiva das taxas de portagem foi sempre um compromisso do Partido Socialista, na perspetiva da coesão territorial, reduzindo encargos daqueles que não têm alternativas, facilitando o acesso aos bens e serviços essenciais, designadamente nas ex-SCUT do Interior.* -----

*Em função da evolução das concessões, o anterior governo do Partido Socialista, foi efetuando descontos às taxas de portagem, tendo sido possível a 1 de janeiro de 2024 diminuir o valor em 65%, face aos valores que existiam em 2011.* -----

*Neste momento, estão reunidas as condições orçamentais e contratuais, relativamente às concessões, para ser aprovada a eliminação total das taxas das portagens nestas autoestradas, razão pela qual, o Partido Socialista apresentou na Assembleia da República um projeto de lei para a abolição das portagens nas ex-SCUT.* -----

*A eliminação destas taxas de portagem é uma medida justa, possível neste momento, e garante uma discriminação positiva, justificada para promover a equidade e a coesão territorial. As famílias e as empresas têm direito a aceder a bens e serviços essenciais, sendo as autoestradas, aqui no interior, imprescindíveis para este acesso, em condições de segurança e de rapidez, encurtando custos e*

  


distâncias.-----

*Todos sabemos que não existem aqui vias que possam constituir alternativa de qualidade, por também não dispormos de uma rede de transportes coletivos públicos ou privados, que possam constituir uma alternativa ao transporte individual.-----*

*As portagens são, por tudo isto, um custo de contexto que neste momento é possível e devemos eliminar.- Consideramos que, sendo uma medida estratégica para a nossa região, para os cidadãos, para as empresas e decisiva para o desenvolvimento de todo o nosso território, a Câmara Municipal de Fornos de Algodres deve defender, lutar e desenvolver todas as iniciativas e esforços possíveis para que seja aprovada esta proposta do Partido Socialista, que deu entrada na Assembleia da República.-----*

*Reivindica-se ainda, diretamente em representação dos cidadãos deste concelho que nos elegeram, a todos os Partidos representados na Assembleia da República para que se unam na aprovação deste projeto de lei de eliminação das taxas das portagens nas ex-SCUT, a bem do interior, da região e do concelho de Fornos de Algodres.-----*

*Em conformidade com o exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta nesta Assembleia a presente moção, cumprindo os termos regimentais, para que, após competente deliberação sobre a mesma, o seu conteúdo seja feito chegar aos seus destinatários – Câmara Municipal e Assembleia da República.”-----*

A Sr<sup>a</sup> Presidente da Assembleia antes de submeter a aprovação esta moção questionou se alguém queria usar da palavra, tendo o membro da assembleia Rui Furtado, afirmado que era irónico o Partido Socialista apresentar esta moção de abolição de portagens, quando foi o mesmo partido que as introduziu. Referiu, ainda que o Primeiro-Ministro António Costa teve bastante tempo para a abolir e não o fez. Solicitou, ainda que fizesse uma pausa nos trabalhos, para que os membros do PSD analisassem a moção, para depois a votarem. -----

Feita a pausa, retomaram-se os trabalhos, tendo a Sr<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal, submetido a votação a referida moção, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

A Sr<sup>a</sup> Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às várias questões apresentadas pelos membros da Assembleia.-----

Começou por dar os parabéns à bancada do PSD por terem votado a favor a moção para abolição das portagens., tendo referido que ele sempre esteve contra.-----

Em resposta ao membro da Assembleia António Elvas, referiu que as comemorações dos 50 anos do 25 de abril, é uma data muito importante, porque foi a mudança estrutural do País, tendo acrescentado que sabe muito bem como era viver antes e depois.-----

Relativamente aos eventos nas freguesias, referiu que ficou muito orgulhoso com o trabalho que foi feito na freguesia de Muxagata, mas fica igualmente orgulhoso com todos os eventos que são feitos nas outras freguesias. E relativamente às comemorações dos 510 anos do Foral Manuelino disse que iriam apoiar da mesma forma que apoiaram quando foram as comemorações dos 500 anos. -----



No que diz respeito à homenagem feita aos antigos combatentes, referiu que foi com muito orgulho que a fizeram e que era reivindicada há muito e todos os que estiveram presentes ficaram muito contentes.-----

No que diz respeito à intervenção do membro da Assembleia Gonçalo Bento, acerca do envio da documentação, disse que a Sr.ª Presidente da Assembleia irá tomar as devidas providências para melhorar a forma de envio da documentação.-----

Relativamente à intervenção do membro da assembleia Rui Furtado, sobre a contratação que a Câmara fez com a Associação Vila Chã Trail, disse que eles estão a cumprir aquilo que foi contratualizado. Aquilo que as Juntas de Freguesia patrocinam, a Câmara não interfere nesses apoios. No caso do evento que a referida associação fez na Matela, referiu que não sabe o que foi feito, e só Matela - Penalva do Castelo lhe poderá dar essa resposta.-----

Relativamente às prestações de serviços disse que cada vez mais são necessários, porque os prazos para apresentação de candidaturas são muito apertados, e os técnicos não são suficientes para fazerem os trabalhos.-----

No que diz respeito á reparação das estradas, alegou que irão ser reparadas mediante a disponibilidade quer em termos financeiros, quer em termos de mão de obra. -----

Quanto à revalidação do estatuto PME Líder das empresas disse que ficou muito contente com as duas empresas, a câmara tem feito um bom trabalho com o NERGA e continuará a fazê-lo, no sentido do desenvolvimento económico.-----

No que concerne à intervenção do membro da Assembleia Cláudia Farias, referiu que o preocupa muito, que os direitos das mulheres estejam a ser postos em causa, e que um ex-primeiro ministro tenha dado apoio a um livro que alinha com a narrativa de que a mulher sempre fez o que quis e entendeu, durante este tempo todo, não se deve politizar esta situação, mas sim, sempre na defesa dos direitos das mulheres e outras minorias que alcançaram nestes 50 anos após o 25 de abril.-----

Relativamente às comemorações dos 510 anos do Foral Manuelino disse à Srª Presidente da Junta de Freguesia da Matança para reunir com ele para programarem as referidas comemorações à semelhança das dos 500 anos.-----

Relativamente à questão que o membro da assembleia Nélio colocou, referiu que o concurso do bairro do ténis já foi lançado e a Construção da Creche em Infias, também. Mas quis realçar que estas duas obras em reunião de executivo não tiveram a unanimidade. Uns não concordam com a construção da creche em Infias, outros entendem que não se deve fazer a creche. -----

Acerca da intervenção do Membro da Assembleia Leandro Abade referiu que mais uma vez tinha que agradecer ao Agrupamento de Escolas pela colaboração que foi dada à realização do parlamento Jovem, no edifício da Câmara, do qual resultaram um conjunto de propostas, que vão ser analisadas por uma comissão de acompanhamento a qual é constituída por técnicos da Câmara e os jovens, no sentido de responderem ao que foi apresentado.-----

No que diz respeito à intervenção do membro da assembleia Luís Ginja, reforçou novamente a importância



das comemorações do 25 de abril e relativamente às prestações de serviços a câmara só as faz quando efetivamente, não tem a possibilidade de as fazer.-----

Quanto à intervenção do membro da assembleia Marco Ferreira, concorda plenamente que nem sempre as freguesias são adequadamente comparticipadas, deviam ter outro tipo de competências e acompanhadas do respetivo envelope financeiro. Quanto à questão dos bombeiros, os municípios têm feito uma contribuição muito grande. Fornos tem duas equipas de intervenção permanente (EIP) e o Município já paga metade, referindo que está na altura do governo fazer mais alguma coisa nesse sentido. -----

A Presidente da Junta de Freguesia de Matança usou da palavra para solicitar informação sobre qual foi o contributo para a Feira Renascentista em Algodres e a Feira da Agricultura na Muxagata, uma vez que na Matança o contributo foi o custo do monumento.-----

O Sr. Presidente disse que neste momento não lhe sabe responder quanto gastaram com o monumento do Foral da Matança, nem com a feira da Agricultura na Muxagata, nem com a feira Renascentista em Algodres, e que na próxima sessão da Assembleia lhe apresentava o valor que gastaram com cada uma das atividades.-----

O membro da assembleia Catarina Tomaz, solicitou que o senhor Presidente explicasse, porque não entendeu qual era a solução para o mau estado das estradas, tendo referido que a estrada Algodres-Maceira não apresenta condições nenhuma. A Avenida 25 de abril com a sua pintura pitoresca e a zona sul estão uma vergonha. O que gostaria de saber era qual a solução e quando vão realizar as obras. Também não entendeu qual era o apoio da Câmara no trail das Antas, porque aparece lá o patrocínio da Câmara, e embora estas associações até façam um bom trabalho, solicitou ao Sr. Presidente que desse uma resposta direta, porque acha que não deve haver fanatismos partidários, porque todos queremos o melhor para a nossa comunidade. -----

O Sr. Presidente disse que as estradas vão ser compostas, quando o tempo melhorar, tendo acrescentado que porventura quando foram feitas, não foram cumpridos os mínimos, para que tivessem uma maior durabilidade. Quanto ao trail, referiu que não houve nenhum apoio, apenas houve uma autorização do Município para passaram no concelho. -----

## 2 - ORDEM DO DIA -----

a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata. O Senhor Presidente da Câmara solicitou autorização para se dispensar de ler a informação escrita, na medida em que foi enviada oportunamente a todos os membros, tendo obtido a unanimidade dos presentes. Iniciou as intervenções deste ponto o membro da assembleia municipal Gonçalo Bento, para deixar uma sugestão no sentido de ser um documento mais pequeno mais sucinto e mais direto. Deve ser um documento que tenha algo que a Câmara fez de diferente naquele período específico, como é o exemplo



da Biblioteca Municipal ao invés dos outros gabinetes que são sempre iguais porque é o trabalho que fazem. -----

O Sr. Presidente disse que o documento já foi bastante reduzido, mas acha importante que os serviços técnicos da câmara deem alguma colaboração, no sentido de mostrarem o que fazem no município. Referiu que aceita e guarda a sugestão, mas com a ressalva de não deixar de dar viabilidade ao que os técnicos fazem no município. -----

A Senhora Presidente da Assembleia passou de imediato à alínea b) Apreciação e votação da alteração ao Regulamento do Cartão Social Municipal, tendo dado a palavra ao Sr. Presidente da Câmara o qual referiu que é um documento que já existia, mas a Sr<sup>a</sup> Vereadora verificou que ao nível de algumas respostas sociais, havia alterações que tinham que ser introduzidas, nomeadamente ao nível do rendimento per capita que não estavam atualizadas, porque havia muitos idosos que não tinham direito à teleassistência, por poucos euros. -----

O membro da assembleia municipal Gonçalo Bento, disse que percebe esta alteração, mas solicitou informação sobre qual era o impacto para a Câmara e qual o número de pessoas que estão a pensar contemplar com a mesma -----

O membro da assembleia Carlos Ferreira referiu que como o documento não foi objeto de consulta pública, não iria votar favoravelmente. -----

O senhor Presidente no uso da resposta referiu que em relação à questão do membro da assembleia Gonçalo Bento disse que ainda não sabe o número de pessoas que vão ser contempladas, mas depois dará essa informação. -----

No que diz respeito à questão do membro da assembleia Carlos Ferreira disse que o documento esteve em consulta pública, por isso foram cumpridos todos os procedimentos legais. -----

O membro da assembleia Gonçalo Bento fez mais um reparo, referindo que neste caso específico é só uma alteração ao nível da capitação, porque é que foi feita e qual o número de pessoas a quem essa alteração vai chegar. -----

O Sr. presidente disse que bastava uma pessoa que não tivesse acesso ao cartão social, por causa desta capitação, ele teria proposto a sua alteração. -----

Posto o assunto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com um voto contra do deputado Carlos António Tomás Ferreira. -----

Passou-se à alínea c) Apreciação e votação do Relatório de Monitorização do Programa de Ajustamento Municipal relativo ao 4º trimestre de 2023. -----

O Senhor Presidente acrescentou ainda, relativamente ao ponto anterior da ordem de trabalhos, para que todos os munícipes tomem conhecimento, que quando querem dar uma resposta às pessoas mais vulneráveis, e no âmbito desta alteração, quis deixar registado, para que as pessoas saibam o comportamento de alguns eleitos relativamente a este assunto, que em reunião de Câmara o Regulamento





foi aprovado por maioria com o voto a favor dos vereadores do partido socialista e da vereadora do PSD e do voto contra da vereadora do CDS.-----

No que diz respeito à alínea c) da Ordem do Dia, o Sr. Presidente disse este relatório tem a ver com as obrigações que o Município tem para com o FAM, relativamente ao Programa de Ajustamento Municipal, tendo-se verificado mais uma vez, que estão a ser cumpridas a mais de 90%, referindo a sua satisfação quer com os políticos, quer com os técnicos da Câmara.-----

A Senhora Presidente da Assembleia questionou se alguém queria usar da palavra, tendo o membro da assembleia Carlos António Tomás Ferreira dito que subscrevia a votação das senhoras vereadoras da oposição e, portanto, iria votar contra. -----

A Srª Presidente da Assembleia submeteu a votação o relatório de Monitorização do Programa de Ajustamento Municipal relativo ao 4º trimestre de 2023, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com um voto contra do deputado Carlos António Tomas Ferreira e sete abstenções da bancada “Todos Por Fornos, Fornos Para Todos” e os Presidentes de Junta de Freguesia de Matança e Queiriz. -----

Passou-se à alínea d) Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2023, tendo o Senhor Presidente referido que agradeceu o trabalho feito pelos técnicos da Câmara, nomeadamente, na área da divisão administrativa e financeira, este ano com novas exigências, a contabilidade de custos, que é uma obrigação do FAM. Relativamente ao Relatório de Contas ele espelha o que se fez no ano de 2023, houve taxas de execução tanto do lado da receita como da despesa. No que diz respeito ao resultado líquido negativo teve a ver com duas situações: uma com os pedidos de pagamento que se fizeram no final do ano e ainda não foram pagos pelas entidades respetivas, ao nível do PRR e do Mercado Municipal, e outra com a incorporação que foi feita de alguns imóveis no património no balanço da Câmara, com as amortizações que são feitas desses imóveis. Relativamente às despesas com o pessoal, houve um aumento que teve a ver com a implementação do SIADAP e consequente progressão nas carreiras por parte de alguns funcionários, a atualizações das carreiras que foi feita pelo Governo e o aumento do salário mínimo nacional. No ano de 2023 não houve aumento de pessoal, pelo contrário até diminuiu com os pedidos de reforma que se verificaram, esperando que este ano a falta de pessoal seja colmatada com novas admissões. -----

Usou da palavra o membro da assembleia Rui Furtado tendo referido que na sequência dos apoios às Juntas de freguesia não vê equidade, havendo alguma discrepância e até privilégios para alguns, uma vez que são todos munícipes deste concelho. No que diz respeito aos apoios sociais, era importante que se soubesse quantas pessoas vão ser abrangidas, só assim é que se podia conhecer a realidade do apoio e o custo efetivo. -----

Relativamente às Contas referiu que o resultado líquido é um pouco estranho, face à bandeira política que o Sr. presidente sempre teve, desde que assumiu funções neste município, dois anos seguidos de resultados negativos podem dizer muito da gestão do município. Quanto à receita fiscal derrama e IMI, referiu que o valor das receitas deveriam ser canalizadas no apoio às empresas, no caso da derrama, e na



requalificação das infraestruturas, no caso do IMI. As despesas com o pessoal representam 30% do Orçamento do Município, em relação ao ano anterior houve um aumento na ordem dos 17%, embora o senhor presidente já o tenha justificado, este aumento não se coaduna com a consequente procura de recursos externos através de contratos prestações de serviços, recorrendo a terceiros, nas áreas do desporto, ambiente, urbanismo etc, uma vez que o município tem tantos quadros qualificados, tendo acrescentado que é uma trajetória sem sustentabilidade económica.. Por fim solicitou informação sobre o Quadro das Provisões, nomeadamente o valor de 50.706 euros, de José Francisco Caseiro, e os 330.000 euros se são relativos a processos judiciais ou outros.-----

O membro da assembleia Carlos Ferreira concorda com o que foi dito pelo membro da assembleia Rui Furtado, pelo que irá votar contra. -----

O membro da assembleia Luís Miguel Ginja, deixou um elogio aos funcionários que elaboraram este documento. Depois congratulou-se com o aumento de 17,1% que diz respeito ao aumento do valor das remunerações do pessoal, que decorreu do processo de avaliação do SIADAP, tendo os funcionários sido reclassificados e verdadeiramente valorizados pelo trabalho que têm feito ao longo dos anos e consequentemente remunerados de acordo com a Lei. Quanto à taxa de execução em cobranças da Câmara Municipal, superou os 90%, revelando-se uma boa execução. -----

Relativamente à falta de equidade em relação às Juntas de Freguesia referiu que este executivo tem tratado de igual forma todas as freguesias, fazendo um pouco de história, disse que em anteriores executivos era impensável um presidente de Junta votar contra um Orçamento ou Documento de Prestação de Contas. Por fim, e relativamente aos saldos negativos, disse que já foram justificados pelo sr. presidente, nomeadamente, o pagamento do Bairro do Ténis não tendo a Câmara sido ressarcida desse valor, pelo que está tudo muito transparente.-----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder ao membro da Assembleia Rui Furtado, no que diz respeito à equidade, referiu que quem está do lado da oposição tem que ter essa narrativa, tendo contraposto que não faz distinção entre candidatos de um ou outro partido dando o exemplo das obras feitas na estrada de Queiriz - Carapito que é uma junta de outro partido, e no caso da estrada Algodres- Maceira, bem como Muxagata – Sobral Pichorro, os respetivos presidentes de junta que foram eleitos pelas listas do PS não vieram contestar as obras feitas nessas freguesias.-----

No que diz respeito aos apoios sociais, acredita que o deputado não está a pôr em causa o estado social, tendo referido que não quer que o país regresse ao passado, sabe muito bem o que era viver antes do 25 de abril de 1974. Os apoios sociais são sempre definidos com o parecer das técnicas do serviço social, no sentido de dar apoio aos mais desfavorecidos. Não se pode ser incoerente, dizer que não concordam com as medidas de emprego e depois usufruem delas nas instituições e freguesias. -----

Relativamente à receita fiscal do IMI, disse que efetivamente ainda é um valor elevado, apesar de terem feito alguma redução em negociação com o FAM, referindo que não vai falar novamente na história da dívida, porque este quadro reflete o processo que se iniciou em 2017, e neste momento ainda se devem

25 milhões de Euros, e falando em derrapagens, acrescentou que quando ele sair da Câmara não haverá um euro a mais que seja, a acrescentar à dívida que foi feita pelo seu partido.-----

Acerca das despesas com o pessoal, referiu que o Município de Fornos na PRODATA é o que tem menor número de colaboradores em relação aos municípios vizinhos. O aumento que houve teve a ver com a implementação do SIADAP, não havendo despesas com horas extraordinárias nem ajudas de custo. No que diz respeito às Provisões disse que o valor de José Francisco Caseiro, era referente a uma dívida do anterior executivo, que já foi redimida em Tribunal passados estes anos, pelo que já não deveria aparecer no quadro de provisões. Quanto a coimas, tem a ver com a Associação Portuguesa do Ambiente, por causa do investimento que não foi feito em algumas das ETAR's . Neste momento estão a ser feitas intervenções em várias. -----

Quanto ao deputado Carlos Ferreira, disse que é a sua posição, mas queria realçar que embora coligados , há um comportamento muito diferente da bancada do PSD e da do CDS em relação ao que pretendem para o concelho.-----

A Senhora Presidente da Assembleia submeteu à votação os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2023, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com oito votos contra, da bancada "Todos Por Fornos, Fornos Para Todos" e os Presidentes de Junta de Freguesia de Matança e Queiriz. -----

Passou-se de seguida para a alínea e) da Ordem do Dia: "Designação de um representante de cada grupo parlamentar para integrar a Comissão Municipal de Toponímia, ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artigo 7º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia", tendo sido apresentados os seguintes nomes: da bancada do partido Socialista o membro Luís Miguel Ginja da Fonseca e da bancada da coligação "Todos Por Fornos e Fornos Para Todos" Maria João Castanheira Albuquerque. Depois de alguns esclarecimentos foram designados os membros propostos para fazerem parte da Comissão Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia. -----

### 3 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não havendo intervenções por parte do público, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a aprovação em minuta das deliberações tomadas, tendo obtido a unanimidade dos presentes; depois de lida, a referida minuta foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente



O Primeiro Secretário



O Segundo Secretário

